



JOSÉ MARIA

“ANTES DE QUALQUER COISA, É PRECISO ROMPER COM FMI E ALCA”

O candidato do PSTU, José Maria de Almeida, afirma que não haverá recursos para programas sociais se o Brasil não deixar de pagar a dívida pública. Defende a ruptura com o FMI e lembra que seu partido teve como uma de suas atividades prioritárias o Plebiscito sobre a Alca, realizado de 1º a 7 de setembro



Daniel Garcia

Revista Adusp- A política econômica e as políticas públicas implantadas no Brasil nos últimos anos agravaram os indicadores sociais. O país tem hoje dezenas de milhões de pobres e miseráveis e está mergulhado na violência e no crime organizado, com 47 mil homicídios em 2001. É possível dar vida digna aos brasileiros excluídos, e romper a espiral da violência?

José Maria- A grave crise social é fruto dos planos neoliberais que há mais de uma década vêm sendo implementados em nosso país. Por um lado, a prioridade dos gastos do governo tem recaído sobre a dívida pública. Calcula-se que esta já chega hoje a mais de 60% do PIB. Há

estimativas que calculam que com o dólar a três reais a relação dívida/PIB pode chegar até o final do ano a 70%. Isto significa que a maioria absoluta das riquezas produzidas no país está sendo comprometida com o pagamento da dívida com os grandes bancos e especuladores.

Por outro lado, enquanto remunera os capitais especulativos, o Estado vem cortando drasticamente as verbas para as áreas sociais. O chamado superávit primário, que pelo novo acordo com o FMI ficará em 3,75%, e a Lei de Responsabilidade Fiscal são dois mecanismos perversos a serviço do pagamento religioso da dívida pública.

Esta política, cuja responsabili-

dade cabe aos oito anos do governo FHC, explica o aprofundamento da fome, da miséria, do desemprego, do arrocho dos salários e a destruição dos serviços públicos. O crescimento da violência urbana é diretamente proporcional ao crescimento da crise social.

Nestas eleições os principais candidatos à Presidência da República — Serra, Ciro, Garotinho e inclusive Lula — propõem mundos e fundos. Um propõe criar oito milhões de empregos, outro dez milhões. Todos falam da implementação de políticas sociais compensatórias, tais como a renda mínima, a bolsa escola, a bolsa trabalho etc. Políticas estas que, como diz o próprio nome, buscam

“O Mercosul foi criado para atender à indústria automobilística”

compensar os efeitos da destruição e privatização dos serviços públicos. São a anestesia para extrair o dente sadio, uma cortina de fumaça para desobrigar o Estado do financiamento das políticas sociais gratuitas e universais.

Mas nenhum deles diz de onde vai tirar o dinheiro para garantir a implementação de suas políticas sociais. Propõem como elixir milagroso apostar no crescimento econômico, para que haja recursos para as políticas sociais sem deixar de pagar a dívida pública.

Qualquer programa social sério não terá recursos disponíveis para a sua implementação se não se deixa de pagar a dívida externa e interna aos grandes bancos e especuladores. Ao contrário do confisco das poupanças e dos depósitos da classe trabalhadora e da classe média, como aconteceu na Argentina e mais recentemente no Uruguai, propomos fazer o contrário, confiscar o dinheiro desviado para remunerar os capitais especulativos.

A partir dos recursos oriundos do não pagamento da dívida pública poderemos garantir de imediato a duplicação do orçamento para as áreas sociais, como saúde e edu-

cação. Seria possível estabelecer um plano de obras públicas para a construção de escolas, hospitais e casas populares. O Estado poderia bancar a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução dos salários e garantir uma política de aumento real dos salários de acordo com as reais necessidades dos trabalhadores.

Estas medidas, de imediato, poderiam representar um grande passo no combate à violência. Os trabalhadores e a juventude pobre da periferia das grandes cidades se envolvem com o narcotráfico e o crime organizado não porque possuem “um instinto assassino”, mas porque, movidos pelo desemprego e a miséria, não vêem outra saída para sobreviver.

Também será necessário democratizar a polícia, através de medidas como a eleição e a revogação a qualquer momento dos delegados pelas comunidades e o controle de cada comunidade local sobre a ação da polícia através dos conselhos populares.

Denunciamos aqueles que vêm como solução do problema da violência urbana a implementação de medidas como o fortalecimento dos corpos repressivos, como a Rota e os batalhões de choque. Infelizmente, esta que sempre foi uma proposta da direita, que sempre entendeu os problemas sociais como caso de polícia, agora vem sendo assumida pelo Partido dos Trabalhadores, vide a campanha de José Genoíno para o governo de São Paulo.

Somos pela dissolução da Rota e demais corpos repressivos que só servem para reprimir as manifestações dos trabalhadores, garantir o

despejo de famílias das ocupações de terrenos urbanos e maltratar, humilhar e matar trabalhadores e jovens desempregados nas periferias das grandes cidades.

Revista Adusp - Como o Sr. pretende garantir o crescimento econômico do país, caso vença as próximas eleições?

José Maria- Propostas para garantir o crescimento econômico são a grande panacéia destas eleições. Toda a política econômica e social dos principais candidatos à Presidência da República está subordinada ao crescimento econômico não só nos marcos do capitalismo, mas inclusive subordinado aos contratos e à blindagem do novo acordo com o FMI.

Para nós, é impossível garantir que a economia do país cresça se este continuar subordinado ao FMI e se submeter à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Durante os oito anos do governo FHC o país teve um crescimento econômico que oscilou entre 2% e 3% do PIB nos melhores momentos. Os principais candidatos falam que pretendem garantir um crescimento econômico da ordem de 6% a 7% ao ano. Que este seria o patamar capaz de garantir a aplicação de políticas sociais capazes de atender as principais necessidades da população. Portanto, sem crescimento econômico desta magnitude isto não é possível.

Nós, ao contrário, acreditamos que independentemente do grau de crescimento da economia seria possível garantir políticas sociais públicas, gratuitas e universais a partir do não pagamento das dívidas externa

e interna. Seria possível garantir o atendimento das principais necessidades do nosso povo se se tem a coragem e a vontade política de atacar os lucros dos grandes capitalistas.

Quanto ao crescimento econômico em si, para garanti-lo do ponto de vista dos trabalhadores, e não a serviço do aumento dos lucros dos grandes bancos e empresas é preciso tomar uma série de medidas anticapitalistas. Antes de qualquer coisa é preciso romper com o FMI e a Alca. Além do não pagamento da dívida externa e interna, seria preciso estatizar o sistema financeiro e proibir a remessa de lucros para o exterior. Todas as empresas privatizadas deveriam ser reestatizadas sem indenizações. Os grandes monopólios privados também deveriam ser estatizados sob controle dos trabalhadores.

Revista Adusp - Nos últimos meses, os índices de desemprego cresceram de modo alarmante, especialmente nas regiões metropolitanas. Que estratégia o Sr. adotaria para combater o desemprego e gerar novos postos de trabalho?

José Maria- Para combater o desemprego e gerar novos postos de trabalho propomos, como já afirmamos anteriormente, reduzir a jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução dos salários. Somente esta medida poderia gerar de imediato cerca de oito milhões de empregos. Da mesma forma, um plano de obras públicas também poderia gerar milhões de empregos.

Além disso, propomos manter todas as conquistas sociais e trabalhistas do povo brasileiro. Somos contra a reforma trabalhista. De-

nunciamos o banco de horas e a jornada flexível como manobras a serviço do aumento da jornada de trabalho e do arrocho dos salários. Defendemos a manutenção do 13º salário, da licença-maternidade, das férias remuneradas etc.

Revista Adusp - A dívida pública alcançou o patamar, inédito na história do país, de R\$ 700 bilhões. Esse endividamento está na raiz das recentes turbulências financeiras vividas pelo Brasil. Como o Sr. pretende equacionar o problema? Quanto à dívida externa especificamente, que medidas o Sr. pretende adotar?

José Maria- Como já afirmamos, somos pelo não pagamento das dívidas externa e interna aos grandes bancos e especuladores. Qualquer política econômica que de fato queira resolver os graves problemas sociais do nosso povo deve partir desta medida.

Revista Adusp - O sistema tributário brasileiro, fortemente regressivo, contribui para a concentração de renda e, portanto, para a manutenção dos níveis de pobreza. Por outro lado, sabe-se que a sonegação fiscal é elevada. Quais as suas prioridades na área de tributação e arrecadação?

José Maria- Em primeiro lugar é preciso combater a sonegação e a elisão fiscal com medidas drásticas. No Brasil, os trabalhadores e a classe média não têm como sonegar impostos, porque estes ou são descontados na folha de pagamento ou vêm embutidos nos produtos que consumimos. Os grandes sonegadores são os banqueiros, empresários e latifundiários. O Estado neoliberal tem aprofundado uma

“Toda empresa privatizada deveria ser reestatizada sem indenizações”

política de isenção de impostos e “incentivos” fiscais para as grandes empresas nacionais e estrangeiras, isto é o que está na origem da chamada guerra fiscal entre os Estados da União.

Propomos, em primeiro lugar, acabar com os impostos indiretos que recaem sobre o consumo da maioria da população e isentar de impostos e do pagamento das tarifas públicas os trabalhadores desempregados e àqueles que ganham até dois salários mínimos.

Em segundo lugar, defendemos crédito barato, com uma taxa não superior a 6% ao ano, para os pequenos empresários e agricultores. Somos contrários aos subsídios, isenção de impostos e crédito barato para as grandes indústrias, redes comerciais, bancos privados e latifúndios, pois estas empresas se beneficiam destas vantagens concedidas pelo Estado para aumentar a sua taxa de lucro e não para produzir mercadorias mais baratas e acessíveis à população.

Por fim, uma política tributária que atenda os interesses dos trabalhadores e do povo pobre deve cobrar mais impostos e maiores alíquotas dos ricos burgueses.

Propomos taxar as grandes fortunas e os lucros dos grandes bancos e empresas. Aqueles que se recusarem a pagar estes impostos e insistirem no expediente da sonegação teriam suas grandes propriedades expropriadas.

Revista Adusp - O setor financeiro lucrou extraordinariamente com o modelo econômico implantado no país nos últimos anos. Em 2001, alguns dos bancos apresentaram lucro líquido anual superior a R\$ 1 bilhão. Ao mesmo tempo, a própria Receita admite que o setor quase não recolhe impostos. Os privilégios fiscais dos bancos serão mantidos?

José Maria- Não. Os bancos não só não terão seus privilégios fiscais mantidos, como defendemos a estatização de todo o sistema financeiro sob controle dos trabalhadores. Esta medida é essencial para garantir a efetivação do não pagamento da dívida externa, a proibição da remessa de lucros para o exterior e a concessão de crédito barato para os pequenos agricultores e empresários.

Revista Adusp - Que papel o Sr. atribui à reforma agrária, pensada em termos do desenvolvimento econômico e social do país?

José Maria- A reforma agrária, em primeiro lugar, resolveria um grave problema social, garantindo trabalho para milhões de desempregados que vivem hoje perambulando não só no campo brasileiro, como nas periferias das grandes cidades, expulsos pelo latifúndio. Em segundo lugar, possibilitaria uma maior e melhor produção de gêneros alimentícios

para a população. Em vez de se produzir prioritariamente milhões de toneladas de soja para a exportação, poderia produzir mais arroz, feijão, hortaliças, legumes e carne para matar a fome do nosso povo.

A reforma agrária que defendemos deve se realizar sob controle dos trabalhadores rurais sem terra. Deve atingir não só as terras improdutivas, mas inclusive expropriar sem nenhuma indenização as grandes fazendas e agroindústrias. Defendemos que estas grandes fazendas e agroindústrias sejam estatizadas sob controle dos trabalhadores. Por outro lado, defendemos a limitação da propriedade rural, como propõe a Comissão Pastoral da Terra, em 500 hectares.

Revista Adusp - A questão crucial da política externa brasileira nos dias de hoje é a adesão ou não à Alca. Que opinião o Sr. tem a respeito? O Sr. acredita na possibilidade de o Mercosul sobreviver à Alca e transformar-se num verdadeiro bloco econômico regional?

José Maria- A Alca é hoje uma política do imperialismo norte-americano para levar adiante seu projeto de recolonização da América Latina. Com a implementação da Alca, a política econômica de todos os países latino-americanos estará sendo determinada diretamente pelos Estados Unidos. Será o fim da soberania nacional para garantir os interesses das grandes transnacionais e aprofundar o processo de desnacionalização e privatização de nossa economia.

Por outro lado, o Mercosul também não é a saída. O Mercosul foi criado para atender as necessidades das grandes transnacionais da indústria automobilística, em particular. O Mercosul não contradiz com a Alca, mas inclusive facilitou o seu caminho. Somos contra a manutenção do Mercosul.

Defendemos a imediata ruptura do Brasil com as negociações da Alca. Somos contra a assinatura do acordo. Fazemos um chamado aos trabalhadores brasileiros a se mobilizarem para impedir a transformação do nosso país numa colônia dos Estados Unidos. A única saída é lutar para que todos os países latino-americanos deixem de pagar a dívida externa e rompam com o FMI. Nossa estratégia é a luta por uma outra integração, a integração de uma América Latina socialista, onde os trabalhadores governem todos os países e determinem através de suas organizações as políticas econômicas e sociais.

Revista Adusp - Segundo a Unicef, 43% das crianças brasileiras entre 4 e 6 anos estão fora da pré-escola. A educação infantil não é obrigatória por lei, mas proporcionaria melhor rendimento nos primeiros anos do ensino fundamental, pois reduz os índices de repetência e evasão. Por outro lado, só 32% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino médio. Como enfrentar esses graves problemas?

José Maria- A reforma educacional levada pelo governo FHC não resolveu e mascarou os graves problemas relacionados à educa-

ção. A municipalização do ensino desobriga o governo federal com o financiamento da educação, da mesma forma que impõe aos municípios a Lei de Responsabilidade Fiscal, impedindo maiores investimentos destes nas áreas sociais para garantir o pagamento da dívida pública. Defendemos o fim da municipalização do ensino e investimentos massivos da União na educação pública e gratuita.

Através de um plano de obras públicas poderão ser construídas milhares de creches e escolas voltadas para a educação infantil, fundamental e média. Defendemos o ensino público e gratuito para todos em todos os níveis como uma obrigação do Estado. Somos pelo fim do ensino pago e pela estatização das escolas particulares. O Estado deve garantir não só a educação infantil, mas inclusive um sistema de creches públicas que permitam à mulher trabalhadora ter onde deixar seus filhos menores de 3 anos quando for para o trabalho.

Quanto ao ensino médio, defendemos a reversão da reforma do ensino técnico que criou a categoria do ensino técnico desvinculado do segundo grau. Defendemos um ensino politécnico integral e de segundo grau, onde haja o ensino da cultura, da ciência e do trabalho.

Outra questão fundamental passa pela valorização do profissional em educação. A valorização do profissional da educação passa pela melhoria dos salários e condições de trabalho (por exemplo, pela determinação

de no máximo 20 alunos por sala de aula) e pela disposição de recursos, infra-estrutura e materiais suficientes para o pleno exercício das aulas teóricas e práticas.

Por outro lado, propomos a revogação de leis que dão base à reforma educacional implementada no último período, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996 e o PNE (Plano Nacional de Educação), que municipalizam a responsabilidade com o financiamento da educação, rebaixam o nível de ensino, fundem disciplinas, reduzem o quadro de professores e permitem a precarização das relações de trabalho.

Defendemos a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e um novo Plano Nacional de Educação, discutidos pela comunidade escolar e universitária e aprovados num Congresso Nacional de Educação com delegados eleitos entre professores, funcionários, estudantes e pais de alunos.

Outro ponto fundamental, não só para a educação, mas também para o conjunto dos serviços públicos, é a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal que, longe impedir a corrupção governamental, serve essencialmente como garantia de que a prioridade número um do Orçamento seja o pagamento da dívida pública dos Estados e municípios com o governo federal e os grandes bancos privados, às custas dos cortes das verbas para as áreas sociais.

Revista Adusp - O país tem hoje 20 milhões de analfabetos, quase

“É preciso acabar com a privatização da pesquisa acadêmica”

14% da população. Na América do Sul, só a Bolívia está em pior situação. Eleito presidente, o que o Sr. faria para mudar esse quadro vergonhoso?

José Maria- Um autêntico plano para a erradicação do analfabetismo, um verdadeiro mutirão nacional, só poderá ser garantido com uma grande mobilização encabeçada pelas comunidades universitária e escolar em conjunto com os sindicatos dos trabalhadores, associações de moradores, assentamentos de Sem-Terra, enfim com a participação efetiva dos movimentos sociais.

Além disso, será imprescindível a disposição de todos os recursos necessários para a construção de novas escolas, universidades e salas de aula, contratação de professores e funcionários e compra de equipamentos. O dinheiro para tudo isto? Como já disse antes virá do não pagamento das dívidas externa e interna.

Revista Adusp - Nos últimos anos, o governo federal vem comprimindo as verbas destinadas às instituições federais de ensino superior, de sorte que as 52 IFES existentes recebem, juntas, do-

“Defendemos a limitação da propriedade rural em 500 hectares”

tação anual de cerca de R\$ 6 bilhões. Para efeito de comparação, as três universidades estaduais públicas paulistas (USP, Unesp e Unicamp) recebem dotação anual de R\$ 2 bilhões. Eleito, o senhor investirá no ensino superior público federal?

José Maria- A questão central é a garantia do total financiamento público para as universidades públicas. Enquanto o dinheiro for escoado para pagar as dívidas externa e interna, e subsidiar universidades pagas, a universidade pública continuará sendo estrangulada. Por outro lado, a abertura de novos *campi* das universidades públicas é, além de necessária, totalmente possível, desde que se tenha a educação realmente como prioridade.

Ao mesmo tempo em que o governo deve garantir novas vagas nas universidades públicas, através da abertura de novos *campi*, estas vagas não podem ter o formato de cursos modulares ou seqüenciais, que buscam formar profissionais em menos tempo (dois anos) e limitados a “conhecimentos técnicos” que rebaixam o nível de ensino de acordo com a última moda

“tecnológica” e “administrativa” das grandes empresas privadas. As vagas a serem abertas devem primar pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, premissas básicas para o ensino superior de qualidade.

O governo FHC e o ministro Paulo Renato por várias vezes ventilaram a hipótese da cobrança de mensalidades nas universidades públicas, coisa que rechaçamos. Somos radicalmente contra o ensino pago, em todos os níveis.

No caso das universidades públicas, há anos a quantidade relativa de recursos vem sendo diminuída, ao mesmo tempo em que o BNDES vem distribuindo dinheiro para os “tubarões do ensino” privado. Isso evidencia a política de privatização dos serviços públicos, condição básica para o atendimento das imposições dos organismos internacionais que controlam o governo, como o Banco Mundial, o FMI, a OMC.

Hoje, parcela considerável da juventude, pela falta de vagas nas universidades públicas, é obrigada a pagar pelo direito à educação, mas a grande maioria, além de não possuir acesso às públicas, não têm condições de pagar uma universidade privada, ficando totalmente excluído do ensino superior. Por isso, somos pelo fim do ensino pago e pela estatização das universidades particulares.

Defendemos que no mínimo 18% do Orçamento da União sejam destinados à educação e que seja estabelecido como meta para um período de quatro anos a elevação dos gastos em educa-

ção para 10% do PIB. O aumento da dotação orçamentária e a alocação dos recursos deve ser debatido democraticamente pela comunidade universitária, cabendo ao Estado garantir os recursos exigidos pelas necessidades e o planejamento aprovados pela comunidade mesma.

Revista Adusp - O Brasil pouco investe em pesquisa, e nos últimos anos as verbas destinadas à pesquisa acadêmica por intermédio das agências de fomento vêm sofrendo sucessivos cortes. O Sr. está disposto a mudar esse quadro?

José Maria- Em primeiro lugar, somos contra as fundações privadas “incubadas” nas universidades públicas que parasitam infraestrutura e material humano para orientar e monopolizar a pesquisa de acordo com os seus interesses e não de acordo com a livre produção acadêmica e científica. É preciso acabar também com a privatização da pesquisa acadêmica e científica, que é cada vez mais um monopólio de grandes grupos privados.

O aumento das verbas para a pesquisa nas instituições públicas de ensino é de fundamental importância para a garantia do desenvolvimento e da soberania nacionais. Mas não só isso. Essa é uma condição fundamental para a garantia da liberdade de pesquisa e para que esta sirva para resolver os graves problemas sociais do nosso povo.

Defendemos uma universidade a serviço dos trabalhadores, onde a produção acadêmica, científica e tecnológica esteja voltada para atender as necessidades dos trabalhadores e do povo pobre.